

Em que dará o embrulho

A esta altura dos acontecimentos, pouco importa que o Senado tenha aprovado ou venha a aprovar com várias alterações o *pacote* do ministro da Fazenda, rubricado pelo chefe do governo; ou melhor, não propriamente o *volum* embrulhado, tal como saiu do Executivo, mas o texto resultante da negociação havida no Congresso entre o secretário da Receita Federal e a liderança do partido oficial — que, é bom lembrar, atende por PMDB. Pois mais grave do que a aprovação desse texto é o fato de a proposição encaminhada à Câmara Alta pelos deputados não reunir a mesma dose de *racionalidade* interna que se poderia encontrar na proposta empurrada ao Legislativo a menos de sete dias úteis do encerramento de seus trabalhos neste ano. Isso, a dar-se crédito às explicações do ministro da Fazenda. Em outras palavras: na ânsia de obter aprovação parlamentar para os projetos que enviou às carreiras, o governo, correndo o risco de afrontar sua própria maioria, consentiu em emendas que podem, afinal, alterar as contas feitas pelos alquimistas do Ministério da Fazenda — a não ser que o sr. Patury Acioly tenha conseguido preservar aquela racionalidade.

Se a aprovação do *embrulho* pelo Senado é irrelevante, vistos os fatos pela óptica à que obedece este comentário, e também na medida em que sempre restará o recurso à edição de um decreto-lei, cabe assinalar algumas peculiaridades de que se cercou a aprovação do projeto que deixou a Câmara, rumando para a Casa Legislativa ao lado. Somente à noite, anteontem, depois de um dia particularmente tumultuado para os deputados, com sucessivos abre-e-fecha de sessões, ficou pronto o substitutivo posto a votos. Uma sessão especial foi convocada para apresentação dos pareceres dos relatores designados nas comissões de Justiça, Finanças e Economia. Quanto ao primeiro, deputado Raimundo Asfora (PMDB-PB), referindo-se ao parecer que subscrevera, desabafou: "Assinei mas não gostei". Seu

colega de Finanças não aceitou "responsabilidade alguma" pelo parecer que lhe foi atribuído; e, na Comissão de Economia, o relator não fez por menos, alegando "desconhecer totalmente" o documento!

Ora, na Velha República, com todos os cacoetes e com todos os vícios que lhe foram imputados, nunca se assistiu a espetáculo tão confrangedor. Parece que havia um resto de coragem para assumir atitudes — inclusive as condenáveis. Havia, para ser preciso, um resquício de hipocrisia, definida como a homenagem que o vício presta à virtude. Então, recorria-se ao decreto-lei ou ao decurso de prazo. Agora, o governo *submete* ao Congresso um *pacote* volumoso e pesado, carregado de conseqüências de efeito imediato sobre a economia, e esconde-se atrás da maioria de que dispõe, convertida em *biombo* para apartá-lo da opinião pública e fazer crer que ele propôs, sim, mas os legisladores aprovaram... Tudo leva a crer que a hipocrisia, nos momentos difíceis por que o País passa, seja mal menor, diante da pusilanimidade. Nesse sentido, se o *embrulho* malograr, haverá sempre o expediente de justificar que não deu certo por ter sido emendado demais. É provável portanto que haja faltado ao Parlamento um pouco de malícia ou de maturidade para, colocado na situação de constrangimento a que o levou o Executivo, dizer-lhe, pura e simplesmente, que se era aquele o *pacote* desejado seria aprovado sem emendas, em um ou dois dias, respondendo os autores dele pelos efeitos, bons ou maus, que provocasse. Era a hora de lavar as mãos e facilitar ao ministro Dílson Funaro recolher o prêmio ou a condenação à *política* que está executando, com desusada arrogância.

Porque não é preciso ter o dom de adivinhar para saber que a razão está com o diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas: para o professor Julian Chacel, o que falta mesmo é conter a inflação. É ela que desorganiza a

economia, descapitaliza a empresa privada e fortalece a estatal, eleva as taxas de juro e estabelece sobre a dívida interna pressões insuportáveis; e, aviltando o cruzeiro mês a mês, encarece as importações e realimenta a inflação. Por que o preço da gasolina se eleva incessantemente? Pelo fato de custar sempre mais o dólar com que é pago, lá fora, o óleo que se importa para sustentar 40% do consumo interno do combustível indispensável ao País. A desvalorização monetária, ninguém duvide, terá aqui o condão de desarticular a produção, o comércio e os serviços, como na Argentina e como em toda parte, em qualquer tempo. Sabia muito bem disso Tancredo Neves, ao declarar que lhe faria guerra sem quartel. Não sabe disso a Novíssima República, que julga poder conviver com a inflação e até domá-la. Sucede que ela é a Hidra de Lerna e devorará quantos não lutem para exterminá-la com a determinação que a lenda credits a Hércules.

"Entre o rico e o pobre, o governo ficará sempre com o pobre", proclamou, ovante, o ministro da Fazenda na televisão. Não, não foi o ministro do sr. João Goulart; o Brasil distanciou-se 21 e 22 anos de 1964 e 1963. Quem o disse foi o sr. Dílson Funaro, participando à Nação que também fizera sua opção pelos pobres. Seguramente, por aqueles dos quais será "o reino dos céus", já que a pobreza de espírito de que se ressentia essa declaração seria cômica, se não fosse trágica. Afinal, trata-se do único ministro cuja escolha resultou de uma opção pessoal do presidente da República, ao deliberar que rejeitaria a recessão e enveredaria pelo atalho do desenvolvimento com inflação — solução simplista, vazia, genuíno bumerangue arremessado contra quem o sacudiu longe e será, fatalmente, atingido por ele, com *pacote* ou sem *pacote*, com *embrulho* ou sem *embrulho*, com os índices da FGV ou com os outros, domésticos, produzidos no IBGE. Infelizmente, é só esperar para ver.